

## **1980 – a década que não terminou**

Céli Regina Jardim Pinto

A década de 1970, quando fiz graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi marcada pela luta contra a ditadura, contra a censura e pela campanha pela anistia. Também foi a época em que o movimento feminista no Brasil começava a se manifestar, principalmente após 1975, Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Rio de Janeiro, foi fundado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e as mulheres exiladas na Europa e nos Estados Unidos organizaram-se para discutir questões feministas. Em Paris, foi criado o Círculo de Mulheres Brasileiras. Nessa época, o movimento feminista, no Brasil ou no exílio, vivia uma situação muito particular e incômoda: a ditadura o via como ameaça à tradicional família brasileira; os grupos da esquerda, de onde saía a quase totalidade das feministas, o viam como uma espécie de traição à luta de classes e um desvio na luta pela democracia.

Meu engajamento como militante do movimento feminista aconteceu nos primeiros anos da década de 1980, na Inglaterra, onde morei por quatro anos, como aluna de doutorado na Universidade de Essex. Saindo de um ambiente profundamente marcado pela luta contra a ditadura, em que a militância feminista era vista como diversionismo, encontrei na Europa e no Reino Unido uma grande efervescência do movimento na sociedade e na condição das mulheres na academia, onde disciplinas e seminários já eram ministrados sobre a opressão da mulher.

Meu primeiro envolvimento não foi acadêmico. Elaborava uma tese de doutorado sobre um tema muito diverso, a política do Rio Grande do Sul na Primeira República. Mesmo assim, ele aconteceu dentro da universidade. Foi uma experiência muito gratificante e, penso até hoje, importante na vida de todas nós



que dela participamos. Éramos um grupo de mulheres latino-americanas que estudavam na universidade, mas havia outro, também de mulheres

latino-americanas, companheiras ou esposas de estudantes de doutorado. No primeiro grupo, éramos mulheres de vários países, com ideias feministas e uma vontade de construir algo que tornasse possível aproximar as outras mulheres dos temas que nos ocupavam, já que elas se encontravam, na maioria das vezes, bastante isoladas, até por questões relacionadas ao idioma. Começamos a nos reunir nas sextas-feiras à tarde, em uma sala na universidade, e convidávamos todas as mulheres latino-americanas que lá viviam. Nossa proposta era discutir todos os assuntos levados por qualquer uma de nós. Não havia hierarquia, nem liderança, nem pretensões acadêmicas de fazer discussões teóricas. As mulheres, estudantes ou não, foram chegando e falando cada vez mais de diversos temas. A cada sexta-feira, uma mulher ficava encarregada de um. E, muitas vezes, mulheres que nunca tinham falado em público eram ouvidas e colocavam questões importantes para todas. Começamos a escrever um pequeno jornal, menos que isso, um folheto, onde noticiávamos nossas atividades, comentávamos nossos encontros. Conseguimos, em certo momento, ser reconhecidas como uma sociedade pela universidade e fundamos a *Latin America Women Society*. Passamos a ter espaço próprio e um pequeno orçamento. Chegamos até a ser capa do jornal da universidade.

Muitas de nós, como eu, começávamos a nos envolver em termos teóricos com o feminismo; outras, eram mulheres que se sentiam acolhidas e com agência nessas reuniões. Além da questão feminista, havia uma questão política muito forte no grupo. Fizemos, ao longo dos anos, sessões de cinema e até churrasco no pátio da universidade, para arrecadar fundos para as lutas que aconteciam na América Central. Nossas ações não se esgotavam aí: as reuniões muitas vezes estendiam-se até o *pub* da universidade, em alegres confraternizações. Em certo momento, graças à nossa repercussão, maridos e companheiros de mulheres participantes resolveram se reunir na mesma hora de nossos encontros para, juntos, cuidarem dos filhos enquanto as mulheres estavam na sociedade. Dessa forma,

escapavam da caracterização, muito forte naquela época, de que os homens latino-americanos eram machistas (como se os ingleses não fossem...).

Em dezembro de 1983, voltei para o Brasil. A *Latin America Women Society* continuou, não sei por quanto tempo. Mesmo que o entusiasmo dos dois anos iniciais tenha arrefecido – as pessoas, nessas circunstâncias, estão de passagem e, às vezes, coincide de o núcleo duro ir embora no mesmo ano –, tenho certeza de que as mulheres que passaram por aquelas longas e acolhedoras reuniões das sextas-feiras, nunca se esqueceram delas.

Voltei para o Brasil com a ideia de fazer o mesmo tipo de atividade na UFRGS e, junto com outras mulheres, criei um grupo informal de mulheres com participação bastante efetiva, em 1984. Minha ideia era que fosse um espaço aberto de comunicação com a sociedade. Funcionou bem por um tempo, mas o preconceito contra qualquer coisa que se referisse a feminismo ou estudos sobre mulher era enorme, especialmente em uma universidade que, à época, combinava o machismo característico do meu estado com um marxismo ortodoxo muito presente entre docentes e estudantes. Não houve, por parte de muitos colegas, homens e mulheres, qualquer preocupação em disfarçar o mais puro deboche e desqualificação de nossas reuniões. Custava muito caro para as primeiras, para a vida pessoal e acadêmica, ser feminista nas décadas de 1970-1980.

Esse grupo, por iniciativa de algumas professoras, institucionalizou-se como um núcleo de pesquisa ligado ao departamento de Ciências Sociais e, posteriormente, ao de Ciência Política da UFRGS. Eu não me integrei ao núcleo, tomei caminhos acadêmicos e militantes distintos. À época, não tinha certeza sobre a oportunidade de institucionalizar a luta feminista na universidade. Hoje tenho posição completamente distinta e um grande respeito pelas colegas que mantiveram esse espaço em condições, às vezes, muito adversas. O núcleo existe até hoje (2025)

como espaço de acervos e pesquisas sobre mulher e gênero (Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero – NIEM).

A década de 1980 foi muito importante para o feminismo brasileiro. Nela, instituiu-se o Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1985, com atuação forte pela defesa das demandas das mulheres na Constituinte de 1987-1988. Tive oportunidade de acompanhar de perto essas atividades, participei de reuniões em

Brasília e do grande encontro de mulheres de todo o Brasil, que lançou a Carta das Mulheres aos Constituintes. É impossível falar do feminismo na década de 1980 no país sem destacar a presença feminista na Constituinte e os ganhos reais que esta presença teve, como a incorporação, na Carta de 1988, de um vigoroso conjunto de direitos da mulher.

Na segunda metade da década de 1980, após concluir meu doutorado, fiz meu primeiro projeto de pesquisa com uma perspectiva feminista. De lá para cá, desenvolvi projetos, escrevi artigos, capítulos de livros e livros sobre a história das mulheres, a participação política das mulheres e questões de gênero. Esse primeiro projeto, porém, tem uma presença muito especial na minha carreira e – diria até – na minha vida pessoal. Já esclarecerei por qual motivo.

Ainda envolvida com a história política do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República, frequentemente me indagava o que teriam feito as mulheres que viviam na região da campanha gaúcha (fronteiriça com o Uruguai), durante as escaramuças da época e até na guerra civil em 1923. Por ser uma região com uma economia basicamente calcada na pecuária extensiva, qual teria sido a presença das mulheres nos afazeres das chamadas estâncias (grandes fazendas)?

Com essas questões em mente, em 1986, desenvolvi um projeto com o objetivo de entrevistar mulheres da região, que tivessem no mínimo 70 anos de idade e que, portanto, tivessem vivido as primeiras décadas do século XX como adolescentes ou jovens adultas. A cidade escolhida para a pesquisa foi Bagé, que teve importância

na época, em termos populacionais e econômicos, no início do século XX. Éramos cinco pesquisadoras – eu, como coordenadora, uma socióloga, que morava no exterior e passava um tempo no Brasil, e três bolsistas de iniciação científica. Duas dessas bolsistas tinham família em Bagé e seus pais (professor, jornalista, gerente de banco) nos facilitaram em muito o acesso às mulheres que queríamos entrevistar. Essa foi uma coincidência feliz, pois quando escrevi o projeto e recebi financiamento ainda não tinha bolsistas.

Fomos várias vezes a Bagé, que fica a quase 400 quilômetros de Porto Alegre, e fizemos 17 entrevistas, com cerca de duas a três horas de duração cada, sempre com duas de nós presentes. Gravávamos mulheres de todas as classes sociais e graus de instrução, obtendo um material muito valioso. As entrevistas foram gravadas da maneira que se fazia à época, com no máximo um fone de ouvido e parando o gravador a cada frase. Esse trabalho, difícil e dedicado, foi feito primordialmente pelas três bolsistas e por outras que se associaram ao projeto.

Foi um trabalho pioneiro. Ouvir mulheres, dar voz a elas, não era trivial à época. No primeiro momento das entrevistas, todas diziam que suas vidas não tinham nada de especial para contar. Depois falavam por horas e nos esperavam para uma segunda ou terceira etapa da entrevista com muitas histórias que tinham lembrado.

Na época, escrevi apenas um artigo sobre essas mulheres. A partir do fim da década de 1980, meu trabalho acadêmico dirigiu-se para a teoria feminista e para a análise da participação política da mulher. E as mulheres de Bagé, como as chamávamos, ficaram em *stand by*.

Aquelas entrevistas marcaram minha existência como feminista e me fizeram ter especial atenção com o apagamento da agência das mulheres. Vi que mulheres no interior do Brasil trabalhavam, sustentavam famílias, viajavam sozinhas, dirigiam escolas, porém, eram transparentes, quando não desqualificadas como pessoas,

caso não correspondessem aos comportamentos impostos para as ditas “mulheres honestas”.

Esse trabalho da década de 1980 inspirou profundamente as pesquisas ao longo de minha vida acadêmica. Parti do fato de que, apesar de todos os entraves colocados pelo poder patriarcal à participação da mulher como cidadã na sociedade, elas sempre tiveram muito maior presença do que a sociedade reconhecia e que a historiografia incorporava. As mulheres pobres, as mulheres escravizadas, ao longo da história do país, sempre trabalharam e trabalharam pesado. Sempre estiveram nas ruas, enfrentando todo o tipo de violência e preconceito. As mulheres de classe média, quando não se casavam ou enviuvavam cedo, também trabalhavam para se sustentar. E muitas delas lutaram para entrar na esfera política, desde o início do século passado.

As pesquisas sobre a participação das mulheres na política centravam-se na análise das causas da não participação, problema crônico da política brasileira. Há um conjunto robusto de pesquisas da melhor qualidade sobre o tema, levadas a efeito por sociólogas, cientistas políticas e historiadoras no Brasil. Eu própria, na década de 1990, trabalhei com o tema, com pesquisa empírica e reflexões teóricas sobre representação. A partir de 2000, resolvi inverter a questão e analisar trajetórias de mulheres que conseguiam fazer carreiras políticas, apesar de todos os empecilhos que encontravam. Analisei três tipos de mulheres que entraram na política: as primeiras, que se tornaram deputadas estaduais depois de 1950 e que chamei de pioneiras; as mulheres com carreiras políticas consolidadas, isto é, que conseguiram se reeleger depois de um primeiro mandato como deputadas federais; e as mulheres de extrema-direita, que começaram a abrir caminhos próprios na política, a partir de 2014. Não tive nenhum propósito de fazer panegíricos ou encontrar excepcionalidades, mas queria entender as condições que essas mulheres tiveram para alcançar êxito nas carreiras políticas, tão masculinas até hoje.

Após muitas pesquisas com mulheres políticas, um evento completamente alheio à minha vida acadêmica colocou-me, 34 anos depois, frente a frente com minhas entrevistadas de Bagé. Em 2020, me vi em casa, no isolamento provocado pela pandemia da Covid-19, e lembrei-me de que as mulheres entrevistadas em 1986 haviam falado da epidemia de gripe espanhola. Comecei a buscar entre antigas caixas de papelão, as transcrições daquelas entrevistas. Encontrei a grande maioria, algumas manuscritas, outras ainda datilografadas e poucas digitalizadas nos raros computadores de que dispúnhamos na época, na universidade (encontrei somente cópias impressas). Ainda estávamos engatinhando com algo que hoje nos parece tão óbvio.

Comecei a ler essas entrevistas e, depois da primeira leitura, estava tão encantada, que já havia me esquecido da gripe espanhola. Li muitas vezes, era um material de

grande importância histórica, uma fonte preciosa e que me emocionou até as lágrimas. Comecei a pensar em escrever um livro a partir das entrevistas e foi, certamente, uma das mais prazerosas tarefas a que me propus na vida acadêmica. O livro foi publicado com o título “Tempos e memórias – histórias de mulher” (Porto Alegre, Editora Zouk, 2023). Gosto imensamente do que escrevi, acho que foi a escrita mais prazerosa que realizei na vida. Tenho, às vezes, vontade de revisitá-lo e talvez reeditá-lo com algumas alterações. Não sei se terei tempo de vida para isso. Mas, como 1980 é uma década que ainda não terminou, quem sabe...

## Notas dos editores

[i] **COMO CITAR:** PINTO, Céli. *Céli Regina Jardim Pinto*. In: **INCT Participa – Memórias da Participação**. São Paulo: INCT Participa, 2025. Disponível em: <https://inctparticipa.org/site/index.php/pt/divulgacao-e-extensao/memorias-da-participacao/celi-pinto>.